

EDUCAÇÃO ESCOLAR: DO AUTOMATISMO À AUTOGESTÃO

Luciana Fernandes TEIXEIRA¹

RESUMO

A educação escolar na contemporaneidade capitalista tem recebido influências cada vez mais marcantes advindas do mundo do trabalho, dos métodos organizacionais burocráticos e dos sistemas de ideias socioculturais dominantes e excludentes, que comprometem sua efetivação democrática como um bem social maior. Um cenário onde coexistem fatores favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento da educação escolar, em todos os seus níveis e modalidades de ensino, em especial no Brasil onde os problemas estruturais existentes acabam por ressaltar as desigualdades, repisando o que muitas vezes é chamado de crise educacional. O objetivo deste artigo é além de colocar em discussão o contexto histórico moderno, social, econômico e cultural que incide sobre a educação escolar, apresentar alternativas para uma formação escolar não conformada por automatismos, rumo a formas apoiadas na autonomia e que apontariam para a efetivação dos princípios da autogestão, considerando as potencialidades humanas para beneficiar a construção de ambientes formativos complexos ajustados às necessidades individuais e coletivas.

Palavras-chave: Educação escolar. Capitalismo. Automatismo. Autogestão.

Posicionada como um bem imaterial cada vez mais imprescindível, dada sua valorização na contemporaneidade capitalista, a educação escolar, em todos os seus níveis e modalidades de ensino, passou a ser considerada patrimônio socioeconômico sobretudo no contexto das rápidas e intensas transformações culturais e tecnológicas mundiais.

Historicamente, entre as influências que incidiram sobre a educação escolar moderna, é patente a influência do *modo de produção* instituído pós-revolução industrial (séc. XIX) e seus respectivos métodos organizacionais de hierarquização, padronização, controle e produtividade. Assim, a separação entre as tarefas de *concepção* e *execução* ocorrida no mundo do trabalho, enquanto condição eficaz de produção e subordinação tornou-se fundamento organizacional também nas instituições escolares.

A relação entre educação e trabalho, corroborada então pelo sistema político, econômico e social como um todo, sob a oportuna expansão escolar, veio a atuar tanto na formação elementar de uma mão de obra, enquanto massa trabalhadora para a indústria, comércio e serviços, mais instrumentalizada e disciplinada para o trabalho, assim como na sedimentação do modo de produção capitalista em desenvolvimento.

Não obstante, entre outras importantes influências para a estruturação da educação escolar moderna consta a sua deliberada burocratização. Esta, bem como outras influências

¹ Mestre em Educação Escolar (área de Política e Gestão Educacional) pela FCL/UNESP/Araraquara. Docente da Rede Pública de Ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, lufteix@gmail.com

sociais, econômicas e culturais que afetam e configuram a formação educacional escolar constitui a intenção analítica deste artigo, assim como apresentar proposições alternativas a uma educação mecanicista e limitadora das potencialidades humanas.

Em linhas gerais, a ascendente burocratização institucional, que em princípio visaria a eficiência das organizações com sua racionalidade de regras, delimitação de ações, de etapas funcionais e escalonamento de tarefas, afiançando uma superioridade técnica administrativa, acabou se estabelecendo mais como uma forma de autoridade, para além de qualquer poder ou autoridade, devido a sua caracterização legalista-racional, obtendo ampla legitimação política e social, como bem analisou o economista alemão Max Weber (1864-1920)² e posteriormente, a partir da tradição teórica weberiana, o sociólogo brasileiro Maurício Tragtenberg (1929-1998)³.

A partir da questão da centralidade, legitimação e dominação difundida pelas formas burocráticas nas organizações sociais modernas, ou seja, da autoridade impessoal das formações burocráticas, é que trazemos as reflexões elaboradas por Hannah Arendt (1988)⁴, adentrando agora mais propriamente no conceito de autoridade, suas origens e contextos. Deste modo, ao buscar as origens e fundamentos das configurações de autoridade, Arendt (1988) resgata sentidos, motivos e circunstâncias de sua criação, especialmente nos termos de sua ligação originária com a esfera da educação.

Arendt (1988) recoloca os termos da força da autoridade, desde sua origem, em função da esfera da educação, e onde cada vez mais este conceito passou a coincidir com algo pertencente ao âmbito do poder e do controle social, dos sistemas totalitários e repressivos, das relações humanas pautadas pela imposição de ideias e atitudes, ou seja, ganhando um sentido cada vez mais desligado de sua definição ideal. Para a autora, “visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é confundida com alguma forma de poder ou violência. [...] E contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica” (ARENDR, 1988, p. 129).

Assim, o problema da autoridade, historicamente, seja pelos excessos cometidos em seu nome, seja pela sua falta ou diminuição, incide diretamente sobre o contexto educacional,

2. Max Weber é considerado um dos fundadores da sociologia, criador também da Teoria da Burocracia, numa abordagem sobre a organização empresarial moderna e suas peculiares formas impessoais e hierárquicas de administração.

3. Maurício Tragtenberg através do estudo de autores como Taylor, Fayol, Mayo, Saint-Simon e Weber, aponta o crescente poder político das esferas administrativas burocráticas, bem como suas estratégias de disseminação e legitimação de ideologias representativas dos interesses das classes dominantes, sustentadas por uma aparência de nível técnico que, no entanto, atuam de acordo com os privilégios econômicos e sociais instituídos.

4. Hannah Arendt (1906-1975), alemã de origem judaica, filósofa política, foi uma das mais importantes intelectuais do século XX.

formal ou informal, até revelar-se atualmente como um ponto nevrálgico das crises agudas presentes na sociedade em geral.

Ponto esse que Richard Sennett (2001)⁵ problematiza e coloca principalmente sob o enfoque das crises contemporâneas ocidentais, que por um lado seriam intensificadas pela negação da autoridade, enquanto paulatinamente esvaziada de sua legitimidade e, por outro, enquanto vinculada às formas repressivas de controle social e individual. Entretanto, a autoridade também aparece, por outro lado, como representação “justa” de regulação e manutenção das relações sociais e da ordem, ao colocar parâmetros, limites e sentidos para a nossa existência, ou seja, também como necessidade individual e social. Existindo portanto uma ambiguidade aparentemente insolúvel no conceito de autoridade que atualmente desfecharia conflitos.

Sennett (2001) aponta que para além da racionalidade das ideias e das regras de regulação social, como a burocrática, a adesão a uma figura ou a uma forma de autoridade diz respeito também a uma necessidade psicológica consciente e inconsciente, individual e coletiva. E que a autoridade em seu sentido atual, muito mais ligada ao poder e ao controle, criaria um ambiente de desobrigação, em certa medida, àqueles que não a possuem, de dispensa relativa de sua carga ou parcela de responsabilidade e competência, corrompendo dessa maneira a força e a autonomia individual e social.

Deste modo, a relação entre educação, trabalho, burocratização e autoridade (ou autoritarismo) esbarra também na questão da autonomia, bem como no tema da participação, ou na falta destas. Condições que, em maior ou menor grau, determinam as ações individuais e coletivas e cuja autogestão seria o grau máximo a ser buscado e atingido por um sistema educacional, e o automatismo, o seu contraponto.

Na organização escolar, tais pressupostos e influências têm realmente dado o tom, a forma e o conteúdo deste espaço social que é a escola, do ensino básico ao superior, e a intensidade com que se manifestam conformam ambientes mais próximos das regras burocráticas autoritárias ou da educação formativa, deste modo do automatismo ou da autogestão, em larga escala formando as bases de uma sociedade sedimentada na desigualdade, independentemente de constar em teoria nos estatutos, projetos pedagógicos e políticas educacionais o discurso em contrário e pela qualidade da educação e equidade social.

5. Richard Sennett (1945-) é sociólogo e historiador estadunidense e as questões centrais em sua obra decorrem das mudanças políticas trazidas pelo avanço do capitalismo à formação do caráter individual e sua percepção da autoridade, sob a impessoalidade das organizações burocráticas e das relações econômicas de mercado.

Dessa maneira, do ponto de vista histórico e institucional, a coexistência de finalidades opostas na expansão educacional produziu não apenas momentos e possibilidades otimistas, mas problemas e dificuldades para a formação em âmbito escolar, sobretudo considerando-se sua faceta utilitarista, mecanicista e calculista em prol do sistema econômico dominante.

A escolarização na contemporaneidade, consolidada por políticas liberais e propagandeada como direito social pelas políticas públicas, *strictu sensu* não efetivou seus mais básicos ideais fundamentados na qualidade de ensino, particularmente no Brasil, onde as desigualdades de todas as ordens contribuem para acentuar os aspectos mais vulneráveis deste processo. Problema ainda mais acentuado no setor público, onde as vulnerabilidades vêm acompanhadas de precariedades.

Na modernidade, portanto, o ensino passou notadamente a operar em duplo aspecto, de um lado a atender os interesses de conservação dos privilégios socioeconômicos das classes dominantes e, de outro, a atender as necessidades mantenedoras e desenvolvimentistas do sistema de produção bruto, a educação para as massas trabalhadoras sem posses.

Sob o capitalismo, a educação escolar passou a determinar decisivamente as concepções de desempenho social e êxito estudantil, assim como conseqüentemente no desenlace profissional, de modo a constituir-se como *capital cultural*, onde a herança e os privilégios culturais configuram-se como vantagem social. Aspectos tão bem delineados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002).

A escolarização, em nível e qualidade, em sua atuação seletiva e até pré-seletiva, através da aquisição não apenas de elementos culturais e científicos mas também da aquisição de códigos e condutas sociais diferenciados, implicou propriamente numa clivagem onde se diferenciam tempos e espaços escolares, comprometendo o ideal de democratização educacional, sua disposição, dimensão e alcance.

Transformada em vantagem cultural e, conseqüentemente, até chegar ao que hoje se entende por *capital cultural*, a educação escolar liberal possibilitou as vinculações entre as posições sociais, as condições econômicas e a *transmissão do capital cultural*. Assim, Bourdieu (1998)⁶ desnudou a forte ligação entre a *herança cultural* informal, trazida para as relações escolares e o sucesso (ou fracasso) escolar, determinado mesmo antes do momento educativo de ensino e aprendizagem.

6. Nesta obra, “Escritos de educação”, organizada por Maria A. Nogueira e Afrânio Catani estão reunidos doze textos de Bourdieu sobre o universo da educação. Em destaque aqui o texto “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.” (p. 39-64).

A parte mais importante e mais ativa (escolarmente) da herança cultural [...] transmite-se de maneira osmótica, mesmo na falta de qualquer esforço metódico e de qualquer ação manifesta, o que contribui para reforçar, nos membros da classe culta, a convicção de que eles só devem aos seus dons esses conhecimentos, essas aptidões e essas atitudes, que, desse modo, não lhes parecem resultar de uma aprendizagem (BOURDIEU, 1998, p. 46).

Um cenário onde a instrução popular aparece em larga medida encapsulada nos requisitos ordinários para o trabalho, em seus aspectos disciplinares e no ensino dos conteúdos e técnicas mais rudimentares, bem como, de acordo com as estratégias de planejamento racionalizante da sociedade, na sustentação das condições econômicas de base e de manutenção da ordem social estabelecida, ganhando um caráter de arregimentação e condução social.

Uma situação social onde “a privação em matéria de cultura não é necessariamente percebida como tal, sendo o aumento da privação acompanhado, ao contrário, de um enfraquecimento da consciência dessa privação” (BOURDIEU, 1998, p. 60).

Fora dos sistemas escolares, as desigualdades de níveis de aprendizagem, em função da separação entre um ensino mais ou menos elitizado e outro “popular”, e dentro destes, de distinções no tratamento dos alunos por sua origem de classe, puderam ser dissimuladas através da homogeneização dos currículos, conteúdos e métodos de ensino, sem serem identificadas diretamente como *produtos da educação* sob as desigualdades sociais, ou seja, de onde vêm e também para onde se dirigem.

Tal contexto instaura impasses e necessidades educacionais muitas vezes repisados nos temas da qualidade de ensino de um lado e crise educacional, de outro. Ambos colocados pelos aparatos de poder ora diante de uma conjuntura econômica atual que exige cada vez mais qualificação para o trabalho, novas e flexíveis capacidades funcionais, ora diante de conflitos políticos sociais que exigem maiores precauções, readequações e controle das condutas sociais, promovendo um deliberado reducionismo das questões educacionais.

No entanto, novas possibilidades de transformação das relações humanas nas organizações sociais surgem, as quais remetemos especialmente para o âmbito da educação escolar. Trazemos, nesse sentido, os estudos de Steven Johnson (2003)⁷ que expõem a força da *auto-organização* na composição integrada de sistemas sociais complexos.

Condição esta que constituiu para Johnson (2003) um novo campo de estudos para a ciência contemporânea, que são as *ciências da complexidade e da auto-organização*, cujos

7. Steven Johnson (1968-) é estadunidense, escritor de ciência, autor de vários best-sellers científicos, como os *Cultura da interface*, *O mapa fantasma* e *De onde vêm as boas ideias* e também criador de websites influentes que debatem assuntos da área.

méritos ainda estão começando a repercutir e a criar influências. Uma verdadeira mudança de “visão de mundo” sobre a sociedade, trazida pelas pesquisas sobre os complexos sistemas adaptativos, biológicos ou sociais e seus *comportamentos emergentes*.

Johnson (2003) aponta para as novas formas de implementar ações organizacionais e de participar delas que fogem ao padrão moderno historicamente constituído, de escalonar e hierarquizar as funções de mando e subordinação, assim como de separar as tarefas de concepção e execução nos ambientes de trabalho e nas instituições em geral.

Uma mudança que passa pelo oposto do que vem tradicionalmente sendo praticado nas mais variadas administrações burocráticas e centralizadoras, autoritariamente regidas de cima para baixo e que passa pelo que é chamado de *emergência*, literalmente algo que emerge, um “movimento das regras de nível baixo para a sofisticação do nível mais alto” (JONHSON, 2003, p. 16). Ou seja, um movimento vertical no sentido oposto e contrário ao esquema de mando e subordinação.

Trata-se de uma força de auto-organização que parte do indivíduo e cuja ação objetivada recai sobre a coletividade, tornando-a mais coesa e fortalecida, constituindo uma proposição qualitativamente mais eficaz diante dos desafios vividos.

Nesse sentido, tais pressupostos colocam decisivamente a questão da autogestão num sistema em que não mais seria necessário esperar o recebimento de ordens superiores hierárquicas ou pautar-se somente pelo cumprimento de tarefas postas à realização. Assim também o andamento e a solução de problemas dentro de uma dada organização não precisariam esperar por “comandos externos”, mas através da “autopercepção” organizacional e da integração dos interesses comuns de seus membros poderiam receber melhores e inovadores tratamentos (JONHSON, 2003).

Uma situação que consiste em que cada integrante ou ator social agencie a si próprio e possa espontaneamente trazer e propor melhoras, inovações e evoluções para seu espaço de atuação, numa “mistura de ordem e anarquia” (JONHSON, 2003, p. 27). Sendo a noção de ordem aquela que visaria invariavelmente e em princípio à preservação do todo, da comunidade, da organização e a noção de anarquia a das intervenções aleatórias criativas dos atores sociais, com vistas a reorganizar, renovar e reestruturar a partir do já existente, porém sem transfigurar, fragmentar ou destruir o ambiente construído e organizado coletivamente.

A complexidade e sua trama densa de razões, sentidos, significados e sentimentos, por sua própria composição intrínseca, lógica e “sistemática”, propiciariam então que “padrões maiores possam emergir de ações locais descoordenadas” (JONHSON, 2003, p. 29).

Nesse contexto, Jonhson (2003) acredita que a capacidade de aprendizagem humana seria maximizada e apresentar-se-ia como uma tendência tão forte, uma real potencialidade que, em muitas situações e apesar até das adversidades e restrições, seria capaz de ver, descobrir e criar possibilidades inovadoras, para além dos poderes controladores instituídos.

Desse modo, dentro da especificidade da educação formal, da escolaridade e dos sistemas de ensino, na tentativa de traçar tanto um paralelo como uma conexão com a teoria da complexidade e dos sistemas emergentes, é que se coloca primeiramente a ideia da contribuição transformadora que poderia ser desencadeada na compreensão dos modelos de auto-organização e sua aplicação no universo escolar, ou seja, na sala de aula à esfera administrativa educacional.

Também, talvez num segundo momento, implementar uma quebra do padrão repetitivo e hierárquico das organizações escolares, dos conteúdos e estratégias de ensino que operam por estes princípios cerceadores e automatizantes. Uma transformação das formas e estratégias, portanto não mais estipuladas e definidas de cima para baixo, mas segundo os interesses e conhecimentos emergentes dos próprios atores do ambiente educativo.

A teoria da complexidade e da autogestão coloca num outro patamar de conhecimento e de liberdade as regras que poderiam assumir as organizações sociais, sobretudo no âmbito da educação. E redefine em outros termos a impossibilidade, fundamentada, do quanto ações e decisões não podem simplesmente ser colocadas de cima para baixo e onde as questões da prática e da adaptabilidade às mudanças não podem seguir à risca postulados e comandos controlados “de fora”. Portanto, que não há como seguir determinações cegas e fazer coincidir causas-consequências sob causas alheias.

Neste contexto, caminhar em direção à formação individual e coletiva, a uma construção social mais harmoniosa conta enquanto um projeto educacional em comum, no qual regras simples podem levar a comportamentos complexos.

Só uma cultura de ícones como a nossa, em que a grande massa humana não chega nem a ser coadjuvante, é que poucas inteligências e poucas iniciativas isoladas contam e podem produzir alguma expressão, muitas vezes sem qualquer conexão e consequência social maior. Bom seria que não fosse este o sentido resultante de estruturas organizacionais formativas como a da educação escolar, e que o modelo da autogestão trouxesse de fato novas maneiras de pensar e agir, substituindo e transformando paulatinamente nossas formações históricas, culturais e políticas, ampliando as potencialidades e criatividade individuais e coletivas.

Para tanto, a comunicação, a informação e a educação formativa são peças-chave nesse processo de descentralização e de autogestão rumo aos complexos sistemas emergentes. O que não exclui nem planejamentos, nem a ocorrência de circunstâncias inesperadas durante o processo, mas que estes estejam inseridos na rede de possibilidades, de conhecimentos e ações, cuja interação social precisa continuamente dar conta. Para além do mero cumprimento de regras e tarefas habituais, para promover uma organização global, que retroage, atualiza, expande-se e transforma o todo em algo integrado e participativo.

Fora a apologia ou a contestação vazia da educação escolar, remetemos desta maneira tais questões e análise à discussão e reflexão sobre os reais objetivos e formas de produção impregnada nos saberes escolares engessados e, aqui especialmente, ao cenário organizacional da educação brasileira, pautada na dependência e subordinação tanto dos fatores políticos internos quanto externos ao país.

Ademais, a educação escolar em sua condição de pensamento e ação política maior e de interesse comum de toda a sociedade, precisa visar alcançar outros objetivos que não apontem simplesmente para a formação dos cidadãos úteis e dóceis e para os princípios organizacionais da desigualdade, do individualismo e dos privilégios de poucos sobre muitos.

CHANGES OF BONE JOINT TEMPOROMANDIBULAR COMPONENTS (ATM) IN RESPONSE TO THE CONDITIONS OF DENTAL ARCHES. STUDY MORPHOLOGICAL IN HUMAN SKULLS AND JAWS

ABSTRACT

The specialized literature has contrasted that morphological complexity apparatus masticatory, determine peculiar situations of answers to traumatic process varied etiologies. Therefore, this work searched the possible relation between dental arches conditions and temporomandibular articular surfaces modifications. For developing of this work, were used thirty-two skulls and theirs respectives human mandibles, included in the collection from FUNEC Anatomy's Laboratory. The skulls and theirs respectives mandibles were divided in groups: (GI): skulls with maxillaries and mandibles toothed; (GII): skulls with toothless maxillary and toothed mandible, skulls with toothed maxillary and mandibles with toothless; (GIII): skulls and mandibles without teeth (total edentulous). Analyzing the specimens, to stabilish a comparision between morphological characteristics of the bony components of temporomandibular joints in the all groups, and based in conditions of this work, we conclude that the degree of severity changes is related to the number of missing teeth.

Keywords: Morphological study. Dental arches. Skulls. Jaws.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JOHNSON, S. **Emergência**: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SENNETT, R. **Autoridade**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Àtica, 1992.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.